

---

## [Brasil: plantações de eucalipto da Plantar, créditos de carbono e população local](#)

No dia 26 de março de 2003, foi enviada uma carta com mais de 50 assinaturas de ONGs, igrejas, movimentos e sindicatos brasileiros aos investidores do Fundo Protótipo de Carbono (FPC), do Banco Mundial, exortando-os a não comprar créditos de carbono provenientes do controverso projeto Plantar, em Minas Gerais, Brasil. A carta (disponível em [www.sinkswatch.org](http://www.sinkswatch.org); ver, também, o boletim 65 do WRM) afirma que a Plantar não representa desenvolvimento nem limpo nem sustentável, que a empresa infringe continuamente a legislação trabalhista e que não possui uma avaliação de impacto ambiental (AIA), requisito exigido pela lei.

Em carta ao FPC, datada em 11 de abril de 2003, a Plantar refuta todas as críticas e preocupações contidas na carta das ONGs, acusando o WRM e a organização brasileira FASE-ES de "uma tremenda falta de conhecimento ou compreensão".

A Plantar não admite que a carta é baseada numa pesquisa a fundo das operações da empresa, realizada por membros da FASE-ES, documentada num relatório encomendado pelo WRM. Essa pesquisa inclui visitas à área e longas entrevistas com os moradores locais; a mesma pode ser consultada em <http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/manejo.html>

Como era de se esperar, a companhia reagiu, negando todas as descobertas da pesquisa e iniciando uma campanha no nível local, incluindo coisas absurdas, como dizer que "ONGs do Espírito Santo e do Uruguai estão trabalhando para aumentar o desemprego no município de Curvelo" (Folha de Curvelo, 16 de abril de 2003). O subtítulo da matéria afirma que: "amparadas em interesses internacionais, organizações não-governamentais preparam relatório errado contra a Plantar S.A. e tentam barrar recursos que poderiam ser investidos no município".

Diante da reação da Plantar, tanto a FASE-ES quanto o WRM resolveram rejeitar o convite da empresa para realizar uma reunião, e, em lugar disso, visitar a área da plantação e ouvir a população local atingida. A decisão foi motivada pelo fato do Sr. Luiz Carlos Goulart, gerente de Desenvolvimento Sustentável da empresa, ter informado, na última mensagem, que não seria possível visitar as plantações da Plantar - pretextando falta de tempo - e que a reunião seria realizada no escritório da companhia. Nessas condições, não tinha sentido se reunir com a empresa.

No dia 15 de maio, os representantes da FASE/WRM visitaram a área e se reuniram com a população local. O impacto geral causado pelas operações da empresa foi resumido por uma moradora, quem simplesmente disse: "A Plantar acabou com tudo aquilo que a gente tinha". O sentido da frase ficou bem claro quando os moradores nos mostraram a área. Dentro das plantações, a única coisa verde eram as mudas e as árvores de eucalipto. O resto era marrom, em decorrência da aplicação generalizada de herbicida com glifosato (Round-up). A água tinha secado, ou tinha sido poluída com substâncias agroquímicas, privando, assim, os moradores dos peixes que costumavam pescar e comer. A fauna local, outrora um elemento importante para o sustento da população, também tinha sumido, transformando a advertência "Proibido caçar e pescar", nos cartazes, numa piada. "Caçar e pescar o que?, se a empresa já matou tudo", disse, zangado, um

---

dos moradores.

Os moradores também informaram sobre a pressão exercida pela Plantar, para eles assinarem uma carta de apoio à companhia, a qual somente aqueles que não trabalhavam ou dependiam diretamente da empresa poderiam se dar ao luxo de não assinar, assumindo os próprios riscos. Eles também nos mostraram a estrada pública fechada pela companhia, fato que os obriga a viajar distâncias bem maiores para chegar a suas casas. O argumento para o fechamento da estrada de terra apresentado pela Plantar - decisão tomada sem consulta à população local - foi que desejavam evitar a poeira vinda da estrada, pois danificava as mudas no viveiro da empresa!

Simplesmente, a visita à área confirmou as descobertas dos pesquisadores da FASE e fortaleceu a convicção de que a empresa nem deve receber a certificação do FSC nem ser incluída no Fundo Protótipo de Carbono, como possível candidata a receber créditos de carbono, no marco do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kioto.